



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 50/2025 – "Autoriza o Poder Executivo a firmar termo de confissão e parcelamento de dívida com a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais – e dá outras providências."

I – RELATÓRIO:

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo solicitando autorização legislativa para firmar termo de confissão e parcelamento de dívida com a CEMIG.

Consta da mensagem do projeto e do e-mail encaminhado pela CEMIG que o valor da dívida do município para com a companhia energética é de R\$. 542.462,80 (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), e o parcelamento será realizado mediante entrada de 20 % (vinte por cento) e o restante dividido em 10 (dez) parcelas, mediante encargos mensais de 1,20 %.

Este é o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A competência para proposição sobre a matéria vem estampada no art. 39 da Lei Orgânica Municipal *verbis*:

Art. 39. Compete à Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:

É importante salientar que a Constituição Federal, em seu art. 59, regulamentou todo o trâmite do processo legislativo, o modo e a forma com referidos atos, transcrevemos:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

A competência para Município legislar em assuntos de interesse local é garantida pelo art. 30, inciso I da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

No mesmo sentido dispõe o art. 16, inciso XXII da Lei Orgânica Municipal:

Art. 16. Compete ao Município privativamente:

(...)

XXII – legislar sobre assuntos de interesse local;

De acordo com os dispositivos acima, a realização de parcelamento de débito em atraso junto à CEMIG, está inserido no rol das competências do município.

O interesse público encontra-se evidenciado no presente projeto, posto que a CEMIG é a única concessionária do serviço de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, podendo inclusive a prestação dos serviços ser paralisada em decorrência do débito, prejudicando a municipalidade com a interrupção de atividades essenciais a esta.

Constata-se ainda que o referido parcelamento não trará nenhuma ofensa aos princípios da administração pública definidos no art. 37 da Carta Magna.

A norma através da qual a matéria foi proposta é adequada, já que não está dentre aquelas reservadas para lei Complementar, listados no Parágrafo Único do art. 49 da LOM.

O projeto em apreciação atende ao disposto na Lei Complementar Federal nº 95/1998, no Decreto Federal nº 12.002/2024 e foi redigido nos termos do art. 169 do Regimento da Casa desta Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

De acordo com os arts. 68 e 69 do Regimento Interno, o projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes Comissões Permanentes:

*Art. 68. Compete à **Comissão de Finanças, Justiça e Legislação** manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.*

*Art. 69. Compete à **Comissão de Orçamento e Tomada de Contas** manifestar-se sobre matéria orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.*

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **MAIORIA SIMPLES** (ART. 261 R.I.), caso aprovados nas Comissões Permanentes.


III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em análise.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama/MG, 9 de abril de 2025.


PAULINO JOSÉ DE QUEIROZ
OAB/MG. 41.902
Procurador Geral